



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e sete membros, verificando-se a ausência da Deputada **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes**, que justificou a respetiva falta por motivos profissionais. -----

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Tabuaço, Valença do Douro e da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira fizeram-se representar, respetivamente, por **Paulo Jorge Lopes Soares** (Secretário), **Sónia Maria Martins Ferreira** (Secretária) e **Fernando Veiga** (Tesoureiro). -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário que a Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa** pediu a suspensão temporária de mandato, subseqüentemente seria substituída pelo Deputado **Micael Lamego dos Santos** que por motivos profissionais não pode estar presente, tendo sido convocado o cidadão subseqüente na lista, **Sérgio Bernardo Pereira Soares**. -----

Após ter sido prestado o juramento legal pelo eleito, o Presidente da Assembleia Municipal declarou-o investido nas suas funções e para constar foi lavrado e assinado o ato de assunção de funções, o qual ficará anexo à ata de instalação da Assembleia Municipal. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores **José Carlos Oliveira da Silva**, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**. -----

ATA 05 || 2021.2025 Fls. 103



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes, os que assistiam em videoconferência bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que antes de passarem à leitura da convocatória e, conforme tinha sido transmitido por *e-mail*, por questões de urgência e a pedido do Presidente da Câmara, foi remetida documentação referente a uma proposta da delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim norte, que por motivos de importância do assunto e de alguma premência pretendia que esse assunto fosse discutido e eventualmente aprovado na Assembleia Municipal. Informou ainda que, para tal, era necessário fazer a alteração da Ordem de Trabalhos, sugerindo a introdução deste ponto como o número nove, passando o “Outros assuntos de interesse para o Município” para o ponto dez, para isso, e com base no disposto no n.º 2 do artigo 50.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro era necessária a pronúncia em Plenário em dois terços dos presentes.

Questionou os Deputados se queriam algum esclarecimento prévio sobre o processo de introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos, não havendo passaram à votação do Plenário para a introdução deste ponto que seria “*apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim norte, conforme o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual*”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De referir que no momento da votação, os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Eduardo Rodrigues Mendes**, não se encontravam presentes, virtual e presencialmente, respetivamente. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, já com a introdução deste ponto, e na qual constava a seguinte: -----

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação, discussão e votação da **proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Tabuaço** [cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da **proposta sobre o plano para a igualdade e não discriminação do Município** [cfr. alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da **autorização da outorga do contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço** [cfr. alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2022** [cfr. alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO SEIS: Apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município**, respeitante ao **segundo semestre de 2021** [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação dos **documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2021** [cfr. alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO OITO: Apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2021** [cfr. ponto 2.7.3.1. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual]; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO NOVE: Apreciação, discussão e votação da **proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim norte** [cfr. n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual]; -----

PONTO DEZ: **Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois. O Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido. Não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. De referir que os Deputados **Artur Pina Martins** e **Sérgio Bernardo Pereira Soares** e os **Presidentes das Juntas de Freguesia de Adorigo** e da **Granja do Tedo**, se abstiveram de votar pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. No momento da votação, os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Eduardo Rodrigues Mendes**, não se encontravam presentes, virtual e presencialmente, respetivamente. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo referido que tal como aconteceu anteriormente, a legislação decorrente da pandemia COVID-19, previa, até ao final de junho, algumas condicionantes para salvaguardar todos os intervenientes nas reuniões, frisando que na convocatória, bem como no respetivo edital, estava mencionado que os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado até às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e sete de abril do ano dois mil e vinte e dois, *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir através de videoconferência. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que não houve nenhuma inscrição a solicitar intervenção na reunião, contudo a reunião estava a ser transmitida *online* pelo que os cidadãos teriam a possibilidade de assistir aos trabalhos que se iriam desenrolar durante a sessão da reunião. -----

Continuando com a ordem de trabalhos, deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois e esta, nomeadamente algumas publicações de jornais, alguns pedidos de esclarecimento e informação efetuados pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** acerca dos valores despendidos com a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), dos valores em causa com a operação de acolhimento de refugiados e ajuda à Ucrânia, e do funcionamento de alguns equipamentos do Município, nomeadamente algumas Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) do concelho, pedidos esses que foram reencaminhados para os serviços municipais. -----

Deu nota do envio ao Presidente da Câmara de evidências fotográficas da Casa da Cruz Vermelha, localizada em Tabuaço, no âmbito de um assunto discutido em reuniões anteriores, recolha essa que fazia parte do que estava instruído nesse processo de verificação da qualidade dessas habitações e de um posterior contacto com a instituição Cruz Vermelha, para que o Município pudesse verificar junto da instituição responsável por essas habitações o seguimento a dar a esse processo que foi levantado. Deu ainda nota que foi pedida uma lista ao Presidente da Câmara dos imóveis que tinham interesse público na área do concelho de Tabuaço. -----

Por fim, referiu que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de fevereiro e esta, e que se encontravam disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar o **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** começando por referir que, sendo um pouco crítico do funcionamento da questão das obras particulares do Município,

ATA 05 || 2021.2025 Fls. 107



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa que já tinha feito nas últimas intervenções em reuniões anteriores, achou por bem não só criticar, mas também apontar alguns caminhos ou algumas situações que achava que podiam ser melhoradas e as quais iria fazer chegar ao Município. Prosseguiu a sua intervenção enumerando os pontos onde achava que deveriam melhorar, tais como, a desburocratização do sistema, ou seja, quando fosse entregue um projeto de arquitetura teria que demorar no máximo quarenta e oito horas para a consulta das entidades externas. Este processo não precisaria de passar pelos técnicos, bastaria haver uma *check-list* que fosse vista por um assistente técnico, que fizesse o devido reencaminhamento. A possibilidade, que pensava já existir, de o requerente poder ter acesso à correspondência em formato digital ou numa plataforma, para combater o excesso de papel e o excesso de burocracia. Haver um responsável político, quem estivesse com a delegação deste pelouro, e uma vez que já existe a assinatura digital, que em qualquer parte do Mundo pudesse fazer o despacho do respetivo processo, evitando assim o excesso de burocracia e possíveis atrasos nos processos. Por último, deveria haver a disponibilização *online* dos requerimentos mais recentes, que apenas estavam disponíveis em formato de papel na secção de obras. -----

Posteriormente, foi dada a palavra ao Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** para abordar três pontos. Em primeiro lugar, a questão da guerra, visto ser o que mais assolava as pessoas nos últimos meses. Disse estar muito satisfeito por o Município ter recebido pessoas vindas da Ucrânia, pessoas que viram as suas casas destruídas, as suas famílias mortas ou em guerra. Sabia que algumas crianças já estavam integradas na escola, o que muito o satisfazia. No entanto, a questão que colocava era em relação às mães das crianças, já que os pais estavam a combater, questionou se havia algum plano ou alguma forma de integração dessas pessoas na comunidade. O segundo ponto, que achava que fazia falta, era a aprendizagem do inglês, não só a nível dos jovens, mas também das pessoas que estavam em termos profissionais na restauração ou nos alojamentos locais. Como cada vez mais recebiam pessoas vindas do estrangeiro achava que havia alguma falha em termos do inglês, havia falta de comunicação com os que visitavam o concelho, pelo que questionou o Executivo se havia alguma ideia de forma a colmatar essa falha. O último ponto, prendia-se com a questão de o Executivo ter feito uma coisa com a qual se congratulava e que o satisfazia imenso enquanto empresário, que era a questão da plataforma logística. Referiu que era um problema que os empresários tinham, pelo que dava os parabéns ao Executivo pela criação da plataforma, pois era uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

forma das pessoas poderem entregar os seus produtos num sítio e fazerem expedi-los para qualquer parte do mundo. A plataforma, para além de ter resolvido o problema que os empresários tinham, de uma forma muito eficiente e rápida, ainda ajudou os empresários a poupar dinheiro. Tendo dado o exemplo, de que no ano passado para mandar uma palete de vinho para o Algarve gastava cento e trinta euros mais o imposto sobre valor acrescentado (IVA) e neste momento gastava nem chegava a cinquenta euros mais IVA e estava lá no dia seguinte. Referiu ainda que antes tinham um problema com os volumes pequenos, porque nem todas as transportadoras vinham buscar uma caixa de vinho para entregarem em Lisboa, no Porto ou noutro local e, neste momento, graças à plataforma, isso era possível e muito mais barato. -----

Interveio, depois, o Deputado **Cristofe Pedrinho** dizendo ao Presidente da Câmara que o vinte e cinco de abril de setenta e quatro deveria ser celebrado e festejado, mas Tabuaço não o tinha feito. Não o tinha feito com uma sessão solene, com um evento cultural ou com um evento de carácter celebrativo e tinha pena, porque à volta do concelho aconteceram vários eventos, como em Sernancelhe e em Moimenta da Beira. Tinha pena que não tivesse havido uma sessão solene da Assembleia Municipal e lançou o desafio tanto ao Presidente da Assembleia Municipal como ao Presidente da Câmara para que nos próximos anos, se possível, houvesse uma celebração do vinte e cinco de abril, até porque era importante para o poder local e era também uma das conquistas do poder local. Continuou dizendo que a intervenção anterior, do Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho**, relativa à plataforma lhe levantou algumas dúvidas. A plataforma tinha sido desenvolvida por uma empresa de Tabuaço, tinha um custo à volta de oitenta mil e quatrocentos euros com IVA em dois contratos, um em julho do ano passado e outro em abril deste ano, um de cinquenta e dois mil euros mais IVA e o outro de dezanove mil novecentos e cinquenta euros mais IVA. Questionou quais eram as mais-valias da criação da plataforma para o concelho, qual o volume de compras e de vendas. Referiu ainda que no seguimento da intervenção anterior ficou a saber que os empresários antes pagavam um valor pelo envio de uma palete e agora pagavam outro valor, pelo que queria saber se o restante valor era assumido pelo Município ou não. Disse que também tinha uma empresa na área da exportação e desconhecia empresas que fizessem descontos a não ser que alguém assumisse esse valor do desconto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** referindo ter duas questões. A primeira era saber se a Câmara Municipal era sabedora dos dois eventos que se iriam realizar no dia vinte e dois de maio. Tinham-no abordado dizendo que ia haver dois eventos no mesmo dia, um de motorizadas e outro de bicicletas, e ambos iriam utilizar o parque da Santa Luzia, e na sua opinião isso era muito estranho. A segunda era em relação à plataforma do “Mercado de Tabuaço”, queria saber porque é que nem todas as empresas do concelho tinham sido contactadas para fazerem parte dessa plataforma. Por último, convidou o Deputado **Cristofe Pedrinho** para no próximo ano festejar o vinte cinco de abril na freguesia de Sendim, em Guedieiros, porque todos os anos, nesse dia, faziam uma festa em honra de São Marcos. -----

O Presidente da Câmara, no uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por responder às questões relativas às obras particulares dizendo que tentavam, cada vez mais, desburocratizar processos já de si complexos e burocráticos e que, muitas das vezes, era essa falta de estrutura procedimental que levava a que houvesse mais demoras. Acatava com bom grado as sugestões feitas e que queria que as coisas funcionassem melhor pelo que iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para melhorar a seção de obras e outras seções do Município. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho**, nomeadamente a questão da guerra, informou que na última reunião da Assembleia Municipal tiveram uma recomendação, votada de forma unanime, no sentido de rapidamente criarem uma rede que em primeiro lugar permitisse aos familiares e pessoas mais próximas da comunidade ucraniana, que já à época estava no concelho, puderem ser recebidas por essas pessoas. Essa estrutura acabou por resultar de uma forma muito rápida, sendo que já havia três dezenas de ucranianos no concelho. Acreditava que o facto de terem uma médica de família no Centro de Saúde, a Dr.ª Alyona Koshelnyk, também acabava por ter um papel ativo nos diferentes grupos de apoio. Tem havido, quer por parte do Município quer por parte da comunidade, disponibilização de imóveis e estavam a tentar que as pessoas que disponibilizaram gratuitamente os imóveis pudessem ser ressarcidas através do programa “Porta de Entrada”. Informou ainda que tinham criado, internamente, um gabinete que inicialmente levava as pessoas aos serviços do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em Viseu, quando ainda não era possível tratar dos papéis *online*, para criarem os números da segurança social e de utente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também criaram condições para as pessoas, neste caso os adultos, irem tendo aulas de português, porque as crianças foram rapidamente colocadas na escola. Como essas aulas de português não tinham qualquer tipo de validade, assinaram um protocolo com o Centro Qualifica para que essa formação de português fosse certificada, porque poderia ser benéfico, a título profissional, para toda essa comunidade. Disse que, posteriormente, e apesar da demora, porque o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) atrasou a criação de uma plataforma e o desbloqueio da questão legal, no sentido de permitir a criação de legislação que permitiria integrar esta comunidade de refugiados em determinados apoios sociais que permitissem às empresas contratá-los com maior facilidade. Disse ainda que ninguém conseguia perceber o que se passava na cabeça dessas pessoas que assistiram à destruição do seu país, ao desaparecimento de uma vida estabelecida e ainda chegavam separadas das famílias, por isso, o objetivo inicial do Município era criar as condições para que as pessoas se sentissem o mais aproximado possível de casa. Apesar de numa comunidade como a de Tabuaço não ter as dimensões a que a maior parte deles estava habituado, porque a maior parte delas vieram de cidades grandes, perceberam que o enquadramento e o acolhimento que aqui tinham era distinto de uma cidade maior. Podia não haver tanta oportunidade, mas havia, claramente, uma questão humana, social e de proximidade que lhes permitia mais rapidamente minimizarem esse vazio emocional sentido ao chegarem. As pessoas precisam de ocupação, por isso também tentaram integrar as pessoas através da inscrição no IEFP, para que, eventualmente, pudessem ser contratadas por diferentes empresas, tendo já falado com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que muitas vezes têm necessidade de contratar pessoal. Também tinham que pensar que a maior parte dessas pessoas estavam numa perspetiva de curto médio prazo, porque quando tivessem as condições reunidas iriam regressar para junto dos seus familiares na Ucrânia e ajudar na rápida reconstrução do país. -----

Relativamente à questão do inglês, parecia-lhe ser importante tanto a nível da componente de turismo como da componente de negócio e já antes da pandemia tinham falado com a Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV) e a NERVIR – Associação Empresarial de Vila Real no sentido de tentarem perceber que tipos de formação poderiam dar para compensarem essa lacuna. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto às questões que foram suscitadas pelo Deputado **Cristofe Pedrinho**, no que respeitava à questão da plataforma “Mercado de Tabuaço”, aquando do início da COVID-19, em que viram o encerramento de lojas e em que as pessoas se deslocavam cada vez menos, acharam por bem a criação de uma plataforma que permitisse a venda de produtos da região. Chegaram a colocar essa situação em cima da mesa, em maio de dois mil e vinte, à Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro), mas entretanto e por diversos motivos, algumas Câmaras, porque entendiam que não era a altura certa, até porque ainda não sabiam como iria ser a questão da pandemia, outras porque eventualmente entendiam que não era aquele modelo, começaram a ver que seria difícil unirem a região toda numa plataforma comum e pensaram numa criação do Município. Posteriormente, uma empresa de Tabuaço apresentou uma proposta que entenderam que teria todo o sentido fazê-lo com alguém que representava a realidade concelhia. Então, em março do ano transato, fizeram um contrato por um ano, em primeiro lugar porque pretendiam perceber a mais-valia do produto em si, mas também porque iria haver eleições autárquicas e pareceu-lhes de bom-tom não estarem a assumir compromissos, até porque não sabiam o resultado das eleições. Entretanto, como o processo estava a correr bastante bem entenderam renovar a proposta por mais um ano em moldes e valores exatamente iguais aos do ano transato. Relativamente à questão dos portes grátis prendia-se com o facto de fazerem campanhas em que os portes eram suportados. Aquilo que foi dito pelo Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** poderia ter a ver com o facto de o Município ter estabelecido parcerias com os CTT – Correios de Portugal, S.A., o que permitia que atualmente as próprias empresas tivessem acesso a outro tipo de preços que não passavam pelo Município, nem o Município tinha qualquer tipo de intervenção. Referiu que o Município apenas tinha intervenção diretamente com a plataforma em que suportava desde o início e, entenderam que o deveriam continuar a fazer, os custos que as empresas do concelho teriam para pertencem a qualquer plataforma destas. Existia apenas uma situação que lhe parecia que iria ter que ser levantada e conversada numa das reuniões periódicas, porque nessas reuniões, ao contrário do que foi dito pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, foi-lhe garantido que foram contactadas todas as empresas, e isso teria que ser averiguado para realmente conseguirem aferir da realidade dessa queixa. -----

Relativamente aos eventos de dia vinte e dois de maio mencionados pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**, apenas tinha conhecimento de um evento que era o passeio de BTT, teve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento oficiosamente de que iria haver também um passeio de motas, mas não fazia a mínima ideia de onde, por onde ou como. Salientou ainda que tentavam sempre que os eventos fossem distribuídos o máximo possível pelo ano, tentavam não os criar na mesma altura, para que também as pessoas pudessem, de alguma forma, e dentro daquilo que era a sua disponibilidade e a sua agenda irem a todos eles. -----

Por último, o Presidente da Câmara referiu que no que concerne à questão do vinte e cinco de abril, e independentemente da crença de cada um e que a sua era grande, o vinte e cinco de abril nunca foi festejado institucionalmente no Município de Tabuaço e também por aquilo que o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** tinha referido, por nesse dia ser festejado o São Marcos em Guedieiros. E entendia que não existia ideia ou sugestão de menorização por parte do Executivo ou da Assembleia Municipal do simbolismo do vinte e cinco de abril. Acrescentou que se tivesse saúde e continuasse a ser Presidente da Câmara e não tivesse problemas de maior até dois mil e vinte e cinco, independentemente da Assembleia Municipal decidir fazer uma qualquer ação simbólica ou solene nesse dia, pedia desculpa mas iria estar na festa de São Marcos, em Guedieiros. E não era por isso que não acreditava no vinte e cinco de abril, antes pelo contrário, porque lhe parecia que o histórico desta Câmara e o seu histórico pessoal falavam por isso. -----

Tomando a palavra o Presidente da Assembleia Municipal, referiu que na sequência da resposta do Presidente da Câmara em relação às comemorações da data do vinte e cinco de abril, assunto trazido pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** esta era uma questão que tal como disse o Presidente da Câmara não tinha histórico de comemoração oficial pelo Município, quer pela Câmara Municipal quer pela Assembleia Municipal, situação que perpassou todos os mandatos desde setenta e seis até aos dias de hoje, passando por Executivos e Assembleias Municipais com maiorias de CDS-PP, PPD/PSD e PS. Referiu também secundando, com certeza que essa questão não tinha sido colocada, porque com certeza ninguém acreditava que no Município de Tabuaço havia menos democratas do que noutros Municípios que fizeram essa comemoração. Disse que, pessoalmente compreendia a necessidade de celebração de datas marcantes, como o vinte e cinco de abril e todo o simbolismo e percurso que fez com que Portugal fosse o país que neste momento era. Compreendia a necessidade de datas marcantes mais recentes, mas também referiu que havia outras datas marcantes, mas mais distantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, entretanto, fizeram o que era Portugal e o que era a portugalidade, tais como o cinco de outubro de mil novecentos e dez data da implementação da República, o um de dezembro de mil seiscentos e quarenta data da restauração da independência de Portugal face a Espanha, o cinco de outubro de mil cento e quarenta e três data da fundação de Portugal. Portanto, todas essas datas, inclusivamente o vinte e cinco de abril, eram datas fundadoras do Portugal de hoje e se analisassem cada umas dessas datas profundamente haviam de demonstrar muito mais aquilo que queriam ser do que propriamente aquilo que eram atualmente. E era essa ambição que deveriam fazer acreditar no dia-a-dia, no percurso que tinham que fazer e sabiam que era um percurso que não estava construído que ia sendo construído dia-a-dia com o trabalho de outros como eles que eram pessoas livres e essa liberdade efetivamente devia-se ao vinte e cinco de abril. Sabendo também que, efetivamente, era uma data que assinalava a liberdade e o derrube de um regime totalitário não foi nessa data que sedimentaram a democracia, esse processo demorou alguns anos, tendo terminado no vinte e cinco de novembro, portanto era uma data efetivamente de ser assinalada, mas considerava que à imagem de tantas outras, referidas anteriormente, não minorizava a importância que tinha para o que eram e para aquilo que queriam ser, um país livre, um país democrático. Terminou afirmando que esta era a posição que de momento lhe oferecia dizer em relação a essa situação, já que a interpelação também tinha sido feita à Assembleia Municipal. -----

Foi dada a palavra ao Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para fazer duas intervenções. A primeira era uma intervenção em defesa da sua honra, pensava ser necessário fazê-lo. Apesar de já ter falado disso em sessões anteriores, pensava que não era demais tornar a frisá-lo, devido às más interpretações que por vezes eram dadas às suas intervenções e ao conteúdo das mesmas. Tal como dissera anteriormente, cada vez que intervinha, tal como todos os presentes, era para defender os melhores interesses do Município e dos munícipes que os elegeram. Portanto, não queria que as suas intervenções fossem interpretadas como sendo dirigidas de alguma forma a atingir alguém pessoalmente ou a serem consideradas não adequadas ou mal-educadas. A segunda parte da intervenção tinha a ver com uma questão de legalidade, que pensava que teria de ser analisada e discutida e que muito o entristecia que tivesse acontecido, tendo, inclusive, conferenciado várias vezes sobre ela com o Presidente da Assembleia Municipal. Como sabiam a vida de um Deputado Municipal não era só o trabalho, não se baseava e não se cingia única e exclusivamente às reuniões,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fossem elas ordinárias ou extraordinárias. No seu caso já tinha feito, inclusive, parte de comissões de trabalho, até na altura tinham dito que era a primeira vez que isso tinha acontecido no concelho de Tabuaço. E conforme a própria lei dizia a função de um Deputado Municipal era acompanhar, apreciar a atividade municipal e a atividade do Executivo Municipal, das empresas e entidades municipais. A lei era bem clara nesse sentido. Referiu que tinha feito dois pedidos de informação, um no dia três de março e outro no dia dezanove de março deste ano, os quais não obtiveram qualquer resposta. Pensava tratar-se de uma situação grave. Não sabia se era por negligência, se por descuido, se por qualquer outro tipo de razão, mas a sua postura tinha sido sempre essa desde o início. Estava e era Deputado Municipal para, independentemente daquilo e das avaliações que pudessem fazer, trabalhar da forma mais profunda e mais eficaz possível. E esses pedidos de informação que colocou à Mesa da Assembleia para que fossem pedidos ao Executivo faziam parte desse seu trabalho. Portanto, queria salientar essa questão e queria realmente que essa ilegalidade fosse verificada e que viesse a constar em ata desta reunião. Esperando e lamentando muito que independentemente de pudermos falar em solidariedade institucional achava que ela deveria existir, o tal trabalho em equipa que lhe tinha sido prometido quando integrou esta equipa e que cada vez mais sentia que se desvanecia entre os dedos das mãos, mas que pelo menos respeitassem a legalidade e aquilo que a lei estabelecia. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às interpelações do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** referindo que relativamente ao primeiro ponto não tinha nada a dizer. Já relativamente ao segundo como era lógico penitenciava-se por algum atraso, mas não estava a ver quais os pedidos de informação a que se referia. Disse que não tinha qualquer problema em facultar toda a informação que lhe fosse solicitada. Com toda a certeza deveria ter havido algum descuido ou algum atraso nos serviços, mas rapidamente, sem ter perceção do que estavam a falar, trataria de solicitar a quem estava a secretariar a reunião para fazer o ponto da situação de onde as coisas estavam e o motivo do porquê do atraso. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal referiu que essa informação tinha sido transmitida pela Mesa da Assembleia aos serviços do Município e aguardavam a resposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos para um intervalo, recomeçando às quinze horas e cinquenta minutos. -----

Retomando os trabalhos agendados o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no **ponto um da ordem do dia** e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dizer que uma das situações que queria falar era do ponto de situação da recomendação que a Assembleia Municipal tinha feito por causa do conflito na Ucrânia, mas esse ponto de situação já tinha sido feito anteriormente. Mas ainda relativamente a algumas consequência causada pela guerra na Ucrânia, manifestou alguma preocupação relativamente ao disparar dos preços e a subida dos combustíveis e consequentemente subindo os combustíveis e como tudo era transportável e transportado acabava tudo por subir. Isso, não apenas no Município de Tabuaço mas na CIMDouro e também de uma forma transversal em todo o país, refletia-se em algum receio por parte das empresas em apresentarem orçamentos e em concorrerem às obras. Aquilo que verificavam era algum receio e alguns concursos ficarem desertos, concursos de obras participadas e que tinham o horizonte temporal e final em junho de dois mil e vinte e três. O tempo não era assim tanto, à partida tudo estaria perfeitamente dentro da normal execução dos trabalhos porque existia tempo mais do que suficiente, mas esta instabilidade resultante de alguma especulação e da subida abrupta do preço das matérias-primas levava a que as empresas tivessem dificuldades em assumirem compromissos, o que por consequência levava a que alguns concursos ficassem desertos. Mesmo acertando o valor dos preços continuavam a ter essa dificuldade e em algumas situações esse valor já tinha o dobro do valor inicial e mesmo assim tinham essa dificuldade. Para além dessa questão das obras participadas também o assustava o processo abrangente a todo o país, o 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visava apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que viviam em condições habitacionais indignas e que não disponham de capacidade financeira para suportar o custo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do acesso a uma habitação adequada. Parecia-lhe que esta instabilidade a nível dos preços iria levar a que muitas empresas se retraíssem e isso poderia perigar alguns dos investimentos. -----

Referiu que apesar de não ter estado presente numa reunião da CIMDouro, porque estava num Plenário do Comité das Regiões em Bruxelas, foi representado pelo Vice-Presidente e mais uma vez por parte do Município foi reafirmada a preocupação com a questão da Caixa Geral de Depósitos, S.A., da desqualificação da perda de serviços e até do encerramento em alguns dias de alguns balcões, tendo sido tomada uma posição pública por parte da CIMDouro havendo já uma proposta de data para uma reunião na qual o Município de Tabuaço marcaria presença, até porque foram eles que há dois anos tinham manifestado essa reivindicação junto da Comunidade Intermunicipal e que depois suspenderam por causa da COVID-19. -----

Referiu ainda que, numa das reuniões da CIMDouro contaram com a presença da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte) no sentido de falarem sobre um problema que já tinha sido trazido à Assembleia Municipal algumas vezes que se prendia com a classificação Património Mundial por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do Alto Douro Vinhateiro e com a sua zona especial de proteção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro. Já por diversas vezes, e em diferentes fóruns, tinham manifestado a discordância em primeiro lugar com a dimensão das ZEP do Douro, porque entendiam que era demasiado grande e porque não apenas no concelho de Tabuaço, mas em toda a região do Douro tocava em muitas aldeias e freguesias que, sinceramente, não deveriam ser obrigadas a ter aquele tipo de exigência a nível de edificações e muitas das vezes levava a que se pudesse perigar e até perder investimentos. Quando a atual Diretora Regional tomou posse solicitaram uma reunião e na altura conversaram no sentido de haver uma redefinição das ZEP, de haver uma diminuição e aquilo que foi transmitido foi que se eventualmente houvesse essa tentativa de diminuição a UNESCO poderia colocar em causa a própria classificação. Então a sugestão foi a de criarem diferentes níveis de graduação e de exigência dentro da zona de proteção especial, ou seja, quanto mais próximo estivessem do Património Mundial maior seria a exigência. Para além disso manifestou, mais uma vez, quer a preocupação com a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) quer a preocupação com a subjetividade e a obrigatoriedade de pareceres de diversas entidades externas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que estavam completamente desfasadas do território e esses pareceres não se cingirem apenas ao enquadramento legal de uma qualquer proposta, o que criava constrangimentos aos investimentos na região. Contudo, como era lógico, entendia que a classificação Património Mundial era uma situação que para além de engrandecer e dignificar a região era também catalisador e móbil para ser visitada por mais turistas, mas causava imensos constrangimentos para além do enorme rigor da maior parte de todos os PDM's. -----

Informou que o Município esteve representado pelos Deputados **Gisela Catarina Pereira dos Santos** e **Micael Lamego dos Santos**, a **Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo** e ele próprio enquanto membro do Comité Europeu das Regiões, numa conferência que teve lugar em Marselha, para jovens eleitos com menos de quarenta anos. Deu nota que, o Município de Tabuaço, num dos painéis, teve uma intervenção sobre o projeto de compostagem, o que muito os orgulhou, porque numa conferência com aquela dimensão para além do Vice-Presidente do Comité Europeu das Regiões, o anterior Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, e da Comissária Europeia, Elisa Ferreira, a única outra intervenção que houve portuguesa foi a do Município de Tabuaço, na pessoa do Deputado **Micael Lamego dos Santos**. -----

Por último, o Presidente da Câmara deu conhecimento ao Plenário, porque lhe pareceu importante, que estavam, dentro da estratégia de dinamização turística, a tentar implementar o regresso às feiras fisicamente. Disse que Tabuaço marcou presença na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que abriu portas passados dois anos, funcionou muito bem e esperava que mais uma vez fosse o início de um bom ano turístico para o Douro, no sentido da retoma e para que pudessem estabilizar e a partir daí crescerem ainda mais, na sequência daquilo que estava a acontecer até dois mil e vinte. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito os Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Cristofe Pedrinho**. -----

O Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para referir que embora extrapolando um bocadinho, mas acabava por ter a ver com o que tinha sido dito no início relativamente à questão dos concursos de obras a realizar, mais uma vez voltava a mencionar isso e pensava que a Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de Sendim comungava desta sua opinião, relativamente à reabilitação do Mercado em Sendim e toda a envolvente. A primeira questão que colocava ao Presidente da Câmara era para quando a finalização daquela obra quando muitos dos equipamentos que nela estavam, já estavam em avançado estado de degradação. Já andava há um ano a falar nisso e sempre lhe disseram que havia reuniões com o empreiteiro e que as coisas iam ser realizadas e até agora a obra continuava por finalizar. Não entendia o porquê nem o motivo daquela obra não estar finalizada. A segunda questão tinha a ver com a questão turística. Há uns anos atrás o Professor José Hermano Saraiva esteve no concelho e as duas únicas freguesias onde ele esteve foram Sendim e Granja do Tedo. As duas únicas freguesias do concelho que tinham um património histórico imenso e de realce e questionava para quando haveria um plano coerente e bem organizado, para que, realmente, o turismo pudesse ser atraído. Porque a questão não era os turistas também irem a Sendim, a questão era eles irem a Sendim e terem os monumentos abertos. Referiu que tinha que haver parcerias e um plano bem estruturado para que realmente pudessem falar em vinda de turismo e que esse turismo pudesse ir e desfrutar dos equipamentos existentes nessas regiões a nível de todo o concelho e principalmente nessas duas freguesias que tinham uma vertente cultural, histórica e monumental acima de qualquer outra das freguesias que faziam parte do concelho de Tabuaço. Reparou que na sua freguesia, Sendim, as estruturas estavam totalmente abandonadas, havia um caminho romano que estava completamente descaracterizado, muitas das capelas estavam em avançado estado de degradação, a igreja e as capelas estavam sempre fechadas. Deviam pensar numa parceria e numa forma de conseguirem dinamizar todas essas infraestruturas a nível municipal, em conjunto com as Juntas de Freguesia, para que quando alguém quisesse visitar esse tipo de equipamentos e quando alguém quisesse realmente usufruir desses equipamentos se tornasse praticável essa possibilidade. Acrescentou que havia várias coisas que podiam ser feitas e questionou o Executivo se já tinha pensado nisso, porque não era só irem à BTL, isso chama o nome de Tabuaço, mas depois se nada for feito a seguir a isso, acabava por não adiantar de nada, que era o que tinha visto, principalmente em Sendim. Lamentou dizê-lo, mas nos últimos quatro anos via tudo exatamente igual, não havia uma indicação, não havia painéis indicativos, não havia roteiros, não havia uma possibilidade efetiva de utilização dos equipamentos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Cristofe Pedrinho** aludindo que leu várias vezes, na informação escrita do Presidente da Câmara, a frase “*atribuiu uma verba x ou y, à associação a ou b*”, citações que apareciam com regularidade nas informações escritas e nas atas. O que lhe parecia era que associações bastavam fazer um pedido à Câmara e de uma forma *ad hoc* recebiam essa verba. Queria saber e, achava ser importante, perceber se existia algum programa municipal dedicado à cultura, às associações religiosas, e se sim, onde estava e qual era o regulamento de cada um deles. Achava que devia haver um regulamento municipal na área da cultura e na área do desporto para a atribuição dessas verbas, pois só assim conseguiriam combater as desigualdades entre as associações. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que relativamente à questão do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** acerca das obras do Mercado de Sendim era importante clarificar as coisas, porque podiam estar a dar a ideia a quem assistia que estavam a falar numa obra que tinha ficado a meio e não era isso. A obra estava praticamente terminada, existiam defeitos na obra e algumas situações de materiais que eventualmente teriam que ser alterados. Disse que, na eventualidade de haver por parte da empresa uma demora maior de resolução, para isso é que existiam as vistorias parciais e finais, existiam também as garantias para que as coisas assim fossem feitas, mas no caso de a empresa não corresponder com aquilo que a Câmara entedia que tinha que ser feito, podem recorrer aos trâmites legais. -----

Relativamente à questão turística e independentemente de ter a perceção que era sempre possível fazer mais e era importante que o fizesse, mas tinham dificuldades e não era uma situação fácil de resolver, já vinha de há trinta ou quarenta anos, que era conseguirem trazer os turistas que vinham pelo rio, apesar de na sua opinião, o Município ter feito incomparavelmente mais do que aquilo que tinha sido feito até hoje. Relativamente às duas realidades mencionadas, Sendim e Granja do Tedo, referiu que Sendim teve uma área de regeneração urbana e os valores que lá foram investidos a nível de investimento da Câmara devem ter sido os maiores nos últimos oito anos e essa área de regeneração urbana ia ser ainda, nesta sessão da Assembleia Municipal, votada a sua ampliação. Na Granja do Tedo também já tinha sido criada essa área e atualmente havia uma candidatura de reabilitação do Museu Etnográfico do Rancho Folclórico. Também no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) estavam a preparar uma alteração, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido de criarem um roteiro onde haveria beneficiações das Igrejas de Longa, da Granja do Tedo, de Sendim, de Barcos, entre outras. Posteriormente, iriam fazer um roteiro para promoção desses espaços e aí teriam que criar uma dinâmica de abertura dos espaços, que não seria fácil de gerir nem de concretizar. Acreditava que com a criação desse roteiro que iria ficar ligado ao projeto Turismo 4.0 de requalificação do rio Távora iria ter uma dinâmica turística ainda mais aprofundada e se calhar iria permitir que conseguissem trazer as pessoas que vinham pelo rio. Acrescentou, sem qualquer sentido depreciativo, que acreditava que a realidade de Tabuaço era incomparavelmente mais desenvolvida, pois recebia mais turistas nestas cotas do que propriamente realidades similares e que eram vizinhas, e isso era fruto da estratégia de participação do Município em diferentes fóruns. -----

No que concerne à questão levantada pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** relativamente à atribuição dos subsídios, não via nenhum problema na criação do regulamento. Disse que a ideia que tinha sido transmitida, de que podia haver desigualdades e que as associações chegavam e pediam dinheiro que lhes era dado e elas iam embora, era de quem não conhecia a realidade do concelho, até porque as associações a quem eram atribuídas as verbas tinham atividades. Disse ainda que não havia desigualdades entre as associações nem parcialidade na atribuição dos subsídios. Contudo, reconheceu que a criação de um regulamento era importante, pelo que aceitou a sugestão. -----

Interveio novamente o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que prestou um esclarecimento relativamente à resposta que lhe tinha sido dada, pois o Presidente da Câmara disse que a obra estava praticamente terminada, portanto era diferente de terminada. O que lhe causava impressão era falar que caso fosse necessário recorriam aos meios judiciais. Sabia perfeitamente o que acontecia com os meios judiciais no nosso país, o tempo que a justiça demorava, portanto esperava que não fosse preciso e que isso não viesse a acontecer na obra de Sendim. Quanto à questão turística esperava que realmente essa ideia do roteiro fosse para a frente. Em relação ao que tinha sido dito pelo Deputado **Cristofe Pedrinho** também estava de acordo que podia haver um regulamento para atribuição de subsídios às associações e entidades, mas não sabia se ele tinha conhecimento que os Deputados da Assembleia Municipal tinham o poder para apresentarem regulamentos, portanto podia preparar um regulamento e apresentá-lo à Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o Presidente da Câmara para esclarecer e responder à interpelação salientado que não queria de forma alguma dizer que iriam avançar judicialmente, até porque no tempo que tinha de Câmara nunca tinham avançado. Mas numa perspetiva de descansar em qualquer situação, quer seja nesta obra ou numa outra qualquer, que mesmo que pela via da diplomacia não conseguissem chegar, essa situação encontrava-se sempre salvaguardada. Não querendo nunca de forma alguma chegar a esse ponto. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o **ponto dois** sobre a apreciação, discussão e votação da **proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Tabuaço**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou o Plenário que conforme transmitido nas sessões anteriores, em que abordaram este assunto, a Mesa teve a oportunidade de enviar com alguma antecedência aos Deputados uma proposta do Regimento para que tivessem tempo de o analisar e de darem eventuais contributos. Referiu que a Mesa recebeu o contributo dos Deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Cristofe Pedrinho**, sendo que as referências indicadas pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** foram todas consideradas e integradas, houve apenas duas do Deputado **Cristofe Pedrinho** que a Mesa não integrou e que foram as dos artigos 43.º, no carácter das reuniões, e 45.º, na gravação das reuniões. O artigo 43.º dizia e foi proposto “*as reuniões da Assembleia Municipal são públicas, podendo ser difundidas por meios audiovisuais*” e o Deputado **Cristofe Pedrinho** sugeriu que se retirasse o “*podendo ser*” e colocassem apenas a obrigatoriedade de serem difundidas. Compreendia o contributo e a sugestão, mas no Salão Nobre da Assembleia Municipal tinham essa possibilidade de transmitir, mas na eventualidade de fazerem como também estariam previstas e poderiam ocorrer reuniões descentralizadas podia não haver essa possibilidade, portanto se o regimento não fosse cumprido podia cercear a possibilidade de fazerem as reuniões descentralizadas noutras freguesias ou noutros locais que não tenham essas possibilidades, portanto ficaria o texto como “*podendo ser*” na perspetiva que sempre que fosse tecnicamente possível elas sê-lo-iam efetuadas. Em relação ao artigo 45.º referia que “*sempre que possível, cada reunião tem como suporte uma gravação, registando tudo o que se passar*”, pelo mesmo motivo técnico à partida mesmo com dispositivo móvel essa reunião podia ser gravada, mas podia haver uma impossibilidade e no fundo o que permitia a veracidade das deliberações da Assembleia Municipal eram as atas e essas eram as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que realmente valiam e antes delas as minutas que colocam a votação. Portanto tinha sempre que ser nessa perspetiva que apenas se não for possível tecnicamente é que não seria efetuado, portanto estava sempre previsto que ela fosse. Terminou referindo que foram só essas duas sugestões que não foram contempladas, todas as outras estavam contempladas e estavam na proposta que tinha sido enviada com os documentos definitivos para aprovação da Assembleia Municipal. -----

Terminado o esclarecimento sobre este assunto, o Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o debate, tendo-se inscrito o Deputado **Cristofe Pedrinho** para referir que entendia perfeitamente a posição da Mesa. O facto de ter apresentado essa proposta foi para tornar ainda mais público, para além do que faziam até porque não eram todas as Assembleias Municipais que faziam o que a Assembleia Municipal de Tabuaço fazia, que era tornar público, via digital, as sessões. Concluiu dizendo que finalmente tinham um regimento que seria aprovado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu as palavras e o contributo dado no melhoramento do regimento. -----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado, por unanimidade. -----

Seguiu-se para o **ponto três** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta sobre o plano para a igualdade e não discriminação do Município**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que tiveram a oportunidade dentro daquilo que entendiam ser uma necessidade do cada vez mais premente no enquadramento social atual da criação de um plano municipal para a igualdade e não discriminação do género, através da criação de uma série de medidas e estratégias que permitiam a promoção da igualdade entre géneros no âmbito municipal, social e dentro da esfera de atuação da Câmara Municipal. Houve a possibilidade de fazerem uma candidatura e na altura criaram também uma rede associativa com os Municípios Solidários, com a Rede de Autarquias para a Igualdade e a rede de Municípios pela Paz, tendo também assinado um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. E fruto desse trabalho entre a equipa do Município e a equipa contratada para o efeito era este o plano que apresentavam e que gostariam que fosse aprovado pela Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções, foi o mesmo posto a votação e aprovado, por maioria, com vinte e seis votos favoráveis e a abstenção do Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho**. -----

Questionado sobre a pretensão de fazer declaração de voto, o Deputado **João de Oliveira Nápoles de Carvalho** afirmou que a sua abstenção se prendia com o facto de em relação à paridade achar que eram todos iguais e todos tinham oportunidades iguais. Não via distinção entre homens e mulheres quer em termos profissionais, quer em termos de igualdade de oportunidades. -----

Seguidamente passou-se para o **ponto quatro** respeitante à apreciação, discussão e votação da **autorização da outorga do contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para que apresentasse o ponto em epígrafe. -----

No uso da palavra o Presidente da Câmara afirmou que já tinham conversado sobre a questão da descentralização na última reunião, onde tinham mais uma vez manifestando a sua discordância e onde tinha sido referido que ficavam com três competências ainda por definir e decidir que eram nas áreas da saúde, ação social e educação. Entretanto, houve alterações nos diplomas que permitiram a prorrogação da decisão de aceitação dos prazos para a saúde e a ação social. E pensavam também que isso iria acontecer com a educação, mas não foi isso que aconteceu. Entretanto, em março, enviaram uma missiva ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação e ao Delegado Regional a manifestarem uma série de situações com as quais não concordavam, nomeadamente o que também já tinha sido dito na Assembleia Municipal, e que já tinha sido dito pela anterior Direção do Agrupamento de Escolas e voltou a ser dito pela atual Direção, de que o valor era insuficiente. Esses valores foram apresentados em dois mil e dezoito e nunca houve atualizações. Manifestaram a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discordância com a questão da alimentação, que entre várias lhe parecia ser uma das mais importantes, porque uma coisa era fazerem um concurso com as Câmaras Municipais que estavam sob a esfera do Ministério da Educação para o fornecimento de comida para as cantinas dos diversos Agrupamentos de Escolas, e outra coisa era o Município de Tabuaço fazer um concurso, contudo continuava a dizer que com o mesmo dinheiro eram com toda a certeza capazes de fazer melhor do que aquilo que era feito. Para além disso havia ainda a questão do edificado, e não era uma queixa político-partidária, mas na carta fizeram menção a essa questão da escola e do equipamento. Também já disseram que dentro daquilo que era o mapa de intervenções no universo escolar da CIMDouro estava no *pole position* para o próximo quadro comunitário. Mas com esta transferência de competências provavelmente não viria dinheiro para o pacto da CIMDouro. Tinham uma intervenção e um estudo prévio que rondava o valor de oitocentos mil euros, mas que agora fruto da especulação e da subida dos preços se calhar já ultrapassava um milhão de euros. -----

Continuou dizendo que existia um Decreto-Lei que impunha a aceitação desta transferência de competências, portanto, receberam as competências e já pagaram os vencimentos. A lei permitia que as competências que eram recebidas pelo Município pudessem ser, grande parte delas, delegadas posteriormente na Escola, até porque a gestão da escola deveria ser feita à semelhança do que acontecia até aqui. Aquilo que traziam à Assembleia Municipal, e aproveitava para falar já no ponto seguinte, era em primeiro lugar a delegação de competências que passavam por tudo aquilo que tinha a ver com a gestão corrente da Escola, com a questão da gestão do edifício, com as despesas correntes como a eletricidade, gás e aquecimento, com a gestão do pessoal não docente, excluindo aqui a questão da Componente de Apoio à Família (CAF) e das atividades extracurriculares. Sendo que depois iriam transferir o valor que estava afeto a essas despesas correntes para o Agrupamento de Escolas e a parte dos vencimentos continuaria a ser efetuada pelo Município, porque essa competência não podia ser delegada. -----

Mais disse que aquilo que sugeria era a aprovação da delegação dessas competências porque entendia que, à semelhança do que estava a acontecer com os restantes Municípios, uma situação deste género não podia estar sujeita às conjunturas e podiam haver conjunturas em que a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas até estariam alinhados como poderia acontecer outras em que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não estariam, e isso depois era um problema porque não saberiam quem geria e poderia criar problemas para as crianças. -----

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção referindo que, no fundo, tinham a alteração do mapa de pessoal que era a integração dos funcionários da Escola. Sendo que quer uma quer outra tinham efeitos retroativos a partir do dia um de abril, porque foi nesse dia que foram obrigados a aceitar a transferência de competências relativamente à educação. Como era lógico à medida que fossem tendo reuniões de acompanhamento iam tendo a perceção de certas situações e estavam já a preparar uma missiva para enviarem ao Ministério da Educação com uma série de situações que surgiram no primeiro mês. Esperava que as coisas corressem bem, mas muito sinceramente não era isso que lhe parecia que fosse acontecer. -----

O Presidente da Assembleia Municipal salientou que a intervenção do Presidente da Câmara englobou a apresentação do **ponto quatro** respeitante à apreciação, discussão e votação da **autorização da outorga do contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço** e também do **ponto cinco** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2022**. Referiu que por intervenção do Presidente da Câmara compreendia que essa alteração se prendia com a transferência de competências agora assumidas pelo Município, por imposição legal, portanto estavam os dois pontos apresentados e iriam fazer a discussão de ambos em simultâneo e depois a votação em separado. -----

Posteriormente, o Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para o debate, tendo usado da palavra o Deputado **Cristofe Pedrinho** para mencionar que tinha referência de uma verba, de um valor que seria transferido nesta transferência de competências, que era de quatrocentos e quarenta mil e noventa euros e questionou o Presidente da Câmara se era esse o valor ou não. E se sim porque não chegava. -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Secretário da Junta de Freguesia de Tabuaço** que referiu, na qualidade de Presidente da Associação de Pais, que via de bons olhos esta delegação de competências, porque havia mais proximidade com o poder local para puderem tratar dos assuntos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

diziam respeito às crianças. Tal como tinha dito o Presidente da Câmara, também ele acreditava que havendo o mesmo dinheiro isso se iria traduzir numa melhor qualidade do serviço. Esperava que atrás da transferência de competências viesse também a respetiva atribuição de bens financeiros necessários para tratarem da Escola. Referiu ainda que havia uma necessidade urgente de obras de modernização da Escola, já tinha trinta e dois anos e achava que urgia fazer obras, retirarem as placas de fibrocimento, a modernização dos espaços exteriores e até mesmo obras em termos de eficiência energética, para evitarem os gastos avultados que havia todos os anos com o aquecimento. Por fim, poder haver uma melhoria de funcionamento da cantina, pois por variadas vezes tinham roturas de *stocks* na alimentação. -----

Seguiu-se a intervenção do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que salientou lamentar ser uma voz discordante, mas iria voltar a votar contra nestes dois pontos, pois não poderia deixar de ser coerente àquilo que foi durante os últimos dois anos, em que andaram a prorrogar estas questões. Não o tinha feito pelo apelo feito pelo Executivo, fê-lo porque acreditava que o que estava em causa não era nenhuma descentralização, não era disso que se tratava. Se quisessem descentralizar deveriam criar de facto regiões administrativas que era o que estava planeado e era o que deveria ser feito. Isto iria fazer com que muitas das vezes houvesse problemas de gestão, de manutenção, de falta de verbas, de má aplicação ou de falta de eficiência, porque quando se dispersava demasiadamente essas questões, as questões de escala perdiam razão de ser. Isto não era descentralização, isto era aumentar a desigualdade, era aumentar o fosso entre o interior e o litoral e tinha pena que os colegas não conseguissem ver isso. E o papel dos Deputados na Assembleia Municipal era colocarem em causa as medidas governamentais e do poder central. E tendo em conta esta sua coerência e os valores que defendia, embora fosse a favor da descentralização, fosse a favor de que localmente se resolvessem melhor os problemas, continuava a dizer que isto era feito às três pancadas. Terminou a sua intervenção deixando nota de que *pole position* significava linha da frente, porque eventualmente poderiam estar pessoas a ouvir que não entendiam inglês. -----

Após as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. Tendo começado pela última intervenção porque na sua opinião era importante reforçar o que tinha sido dito pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira, porque a verdade era que esta transferência de competências acabava por ser uma delegação de tarefas. Disse que esta reforma e as intervenções anteriores tiveram dois níveis de concordância, uma concordância no sentido de entenderem que a Câmara fazia melhor do que o Ministério da Educação com o mesmo dinheiro e depois havia outra intervenção que concordava com a forma e o conteúdo da transferência, o que lhe parecia que era uma posição claramente mais no sentido não do que era o melhor para uma realidade como a de Tabuaço, mas uma posição muito mais de seguidismo partidário de uma determinada estratégia. -----

Relativamente à questão do Deputado **Cristofe Pedrinho**, o dinheiro claramente não chegava e era fácil perceberem, pois o valor que o Estado iria transferir para o Município era o valor que tinha sido gasto em dois mil e dezoito, logo aqui lhe parecia que havia pouca boa vontade, até porque ouvia o Primeiro-Ministro e o Ministro da Economia falarem da situação financeira e económica, do aumento da inflação e no entanto balizaram-se nos valores de dois mil e dezoito. Disse ainda que questionaram o Diretor da Escola se esse valor, que era de cerca de setenta mil euros anuais, era suficiente para as despesas correntes e o Diretor entendia que precisava de mais quinze ou vinte mil euros, pelo que lhe pediram que especificasse isso para que o pudessem referir na carta que iriam enviar à comissão de acompanhamento. Deu o exemplo relativamente ao aquecimento, em que tinha a noção que não tinham dinheiro para o terem ligado mais do que duas ou três horas por dia, no entanto, sabia que agora que a gestão iria ser feita pela Câmara quer o aquecimento, quer a ventilação iriam ter que ficar ligados o dia inteiro, e por um lado ainda bem porque estariam a criar melhores condições, mas também iriam gastar muito mais do que até agora. No que respeitava à cantina não iriam conseguir ter o preço que tinham atualmente, iria ser mais caro, contudo acreditava que iriam comer melhor. Havia ainda a questão das obras que eram necessárias, em que o valor que a Escola recebia todos os anos era o mesmo que o Município iria receber, vinte mil euros para obras, valor que apenas daria para as minudências do dia-a-dia e não para o que realmente era necessário. No passado já era o Município que fazia as intervenções, mas não tinha essa obrigação, a partir de agora a obrigação era do Município e a pressão exercida iria ser incomparavelmente maior do que aquela que era exercida sobre o Governo. Salientou ainda que a Câmara era contra a transferência porque acarretava mais custos para o Município, mas para a população iria ser melhor, porque o Município geria melhor e preocupava-se mais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara concluiu a intervenção dizendo que não lhe parecia que a quase totalidade das pessoas que estavam contra, e que representavam um universo muito grande de autarcas usasse de alguma forma de desonestidade intelectual no sentido de estarem a tentar sacar mais dinheiro, era o contrário, tinham era noção quer pela experiência do passado, quer pelas formas como tudo isto sempre correu que quem ia ficar com o ónus da despesa eram os Municípios. Mas como era lógico se verificarem que daqui a dois anos ficam com um *superavit* daquilo que transferem, também cá estaria para reconhecer que afinal o processo correu bem e que estava redondamente enganado relativamente ao mesmo. -----

Concluídas as intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto quatro respeitante à autorização da outorga do contrato de delegação de competências no domínio da educação entre o Município e o Agrupamento de Escolas Abel Botelho de Tabuaço foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis, o voto contra do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e a abstenção da **Secretária da Junta de Freguesia de Valença do Douro**. -----

O ponto cinco concernente à proposta de alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2022 foi aprovado, por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis, o voto contra do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e a abstenção da **Secretária da Junta de Freguesia de Valença do Douro**. -----

Continuando com os trabalhos agendados e por sugestão apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal, tendo em conta o conteúdo dos três pontos seguintes: o **ponto seis** respeitante à apreciação da **informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município**, respeitante ao **segundo semestre de 2021**; o **ponto sete** sobre a apreciação, discussão e votação dos **documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2021**; e o **ponto oito** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2021**; e da relação entre os mesmos, foram apresentados em simultâneo e no final, votados em separado. -----

O Presidente da Câmara aceitou a proposta da discussão conjunta dos três pontos e começou por dar nota que para questões mais técnicas estava presente a Chefe da Divisão Financeira, Fernanda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lamas, para eventualmente responder. Referiu que relativamente à questão do auditor financeiro, que era uma obrigatoriedade que tinham desde o ano económico de dois mil e catorze, continuavam a verificar ênfases e reservas em alguns pontos e gostaria de alguma forma dar uma breve explicação sobre o facto deles ainda se verificarem. Contudo, importava referir que muitas das reservas e das ênfases que existiam em dois mil e catorze foram sendo resolvidas ao longo dos anos, mas infelizmente até fruto da complexidade e do tempo que obrigava ou exigia a serem tratados, ainda não tinham a concretização no que respeitava quer à questão do inventário, quer à questão do sistema contabilístico, quer à questão do relatório anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Infelizmente, chegaram à conclusão fruto daquilo que tinham sido alguns problemas quer com baixas médicas, quer com saídas na Divisão Financeira de que até para terem a gestão corrente do Município até isso se tornava difícil, e reunindo com o auditor aquando da apresentação do relatório e por opinião também da Divisão Financeira entenderam que poderia ser importante, nomeadamente, na questão do inventário recorrer a uma empresa externa no sentido de no próximo ano económico conseguirem ter esta situação resolvida. -----

Continuou dando nota que no que concerne à questão dos fundos disponíveis, durante o ano passado, continuaram a ter um enorme valor de dívida comercial a curto prazo, que estava prevista ser paga no passado, e isso consumia fundos. Aproveitou para transmitir que já estavam a concretizar o plano de consolidação de dívidas com as Águas do Norte, S.A., com o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE) e com todos aqueles que ainda faltavam e que estavam no pedido de empréstimo que fizeram e veio à Assembleia Municipal e que tardou a ter o visto do Tribunal de Contas. Essas situações já estavam resolvidas, mas a realidade era que tinham a previsão de um valor para pagar em vinte ou vinte e cinco anos, com as Águas do Norte, S.A. conseguiram fazer isso porque a legislação o permitia, mas com todos os outros credores tinham que fazer acordos muito mais curtos o que criava muito mais dificuldades de tesouraria e liquidez, o que se tornava complexo na gestão estratégica que tinham, estarem a contar pagar de três em três meses cem mil euros. Esperava que quando pudesse estar com a Ministra da Coesão Territorial e com o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território solicitar mais uma vez a alteração do enquadramento legal de recuperações financeiras dos Municípios, porque no caso do Município de Tabuaço tinham um saneamento financeiro que tinha sido feito em dois mil e nove e esse valor não englobava a dívida toda. E atualmente o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município não podia fazer outro saneamento, o que obrigava a fazer uma série de operações avulsas. O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, à época, Dr. Carlos Miguel, tinha dito que era intenção já no passado que essa alteração fosse feita, esperava que mantivessem essa vontade no sentido de criarem um mecanismo que permitisse novamente a Municípios, que se esforçavam por descer a dívida, puderem fazer outro saneamento. Deu ainda nota que outra das reservas tinha a ver com o auditor continuar a insistir de que a participação do Município na sociedade Beleza do Monte – Desenvolvimento Turístico e Imobiliário, S.A. (Beleza do Monte) não tinha enquadramento legal, e o Município à semelhança do que tinha dito na Assembleia Municipal anteriormente apenas quando estiver terminado o processo no qual era assistente tomaria, eventualmente, uma qualquer decisão relativamente à saída da sociedade, até atendendo ao facto que era considerado pelo auditor não ter qualquer tipo de enquadramento legal. -----

O Presidente da Câmara informou que mais uma vez tiveram uma concretização abaixo daquilo que era exigível por lei, e isso devia-se ao facto de o plano de atividades do orçamento ser mais do que aquilo que conseguiam concretizar fruto também da enorme dificuldade da dívida a curto prazo que ainda estava pendente dessa concretização. Tinham um aumento com os encargos com o pessoal, perceptível fruto da integração dos precários. Continuavam a ter um valor de despesa e de receita corrente incomparavelmente maior que a de capital, o que era bastante difícil para Municípios como o de Tabuaço diversificarem a receita ou criarem fontes de receita alternativas, dependiam apenas da receita do fundo financeiro e da capacidade de haver quadros comunitários em aberto. -----

Referiu que o mais importante de realçar era a prestação de contas do ano passado que refletia o que tinham feito. O mais importante era que o objetivo que tinham e, que tinham apontado em dois mil e treze, era num universo de oito anos terminarem abaixo do valor de limite de endividamento e isso foi conseguido, finalmente, em dois mil e vinte e um. Passaram de uma realidade de terem em dois mil e treze um rácio de quase 2.5 de endividamento para, atualmente, um rácio de 1.43 e parecia-lhe ainda mais importante de referenciar pelo facto de haver alguns valores, que estavam disponíveis para quem os quisesse consultar na Divisão Financeira, que não estavam registados. Em dois mil e treze, quando entraram para a Câmara Municipal, o valor da dívida andava na ordem dos treze milhões de euros e o registo de processos em Tribunal, de juros decorrentes desses processos, de indemnizações, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações que não tinham compromisso à época e que depois resultaram em processos em Tribunal, registaram mais de sete milhões de euros de atividade anterior a trinta e um de outubro de dois mil e treze, a somar aos treze milhões de euros que existiam na altura. Este ano terminaram o ano com dez milhões cento e cinquenta e cinco mil euros de dívida, que era praticamente metade daquilo que encontraram quando chegaram à Câmara. Acreditava que iam terminar o ano abaixo do valor de dez milhões de euros, mas o facto de terem feito a consolidação de dívida e o de apenas terem concretizado o acordo com as Águas do Norte, S.A. este ano, mas de ele já estar assinado desde o ano passado levou a que o valor dos juros, superiores a trezentos mil euros que não estavam na contabilidade porque era um processo em Tribunal, tivessem que ser registados como respeitantes ao ano de dois mil e vinte e um. Parecia-lhe que o facto de terem baixado a dívida era bom. -----

O Presidente da Câmara deu ainda nota que se baseavam sempre no rácio sem contar com as entidades relevantes que eram as entidades nas quais a Câmara tinha participações, como as Águas do Norte, S.A., a RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., a Beleza do Monte, entre outras empresas que eram de nível estatal e nas quais o Município, apesar de não ter nenhum tipo de controlo na gestão, o facto de obrigatoriamente ter que estar nelas inserido, o valor dessa dívida também se refletia percentualmente nas contas do Município e bastava perceberem que só das Águas do Norte, S.A. tinham um impacto de cerca de um milhão de euros nas contas do Município, ou seja, se considerarem as entidades relevantes estavam acima do limite de endividamento, mas nunca foi essa a base de consulta no relatório, até porque esse rácio de 2.43 que falou que encontrou no início também era sem contabilizarem isso. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara o esclarecimento dos três pontos e agradeceu a presença da Chefe da Divisão Financeira e a disponibilidade para prestar esclarecimentos. -----

Posteriormente abriu os pontos a discussão tendo-se inscrito o Deputado **Cristofe Pedrinho**, referindo que não se iria pronunciar na profundidade sobre o relatório, porque pertencia a um mandato que não estava eleito, pelo que era um relatório que pouco ou nada o responsabilizava enquanto Membro da Assembleia Municipal. Contudo, ficou um pouco confuso quando o Presidente da Câmara falou na questão dos serviços externos, porque o relatório falava que o Município não procedeu ainda ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais, algo que derivava da lei desde dois mil e treze. O Presidente da Câmara foi eleito em dois mil e treze, em dois mil e dezassete e em dois mil e vinte e um, levava pelo menos oito anos de mandato e os serviços não fizeram esse inventário. Questionou como era possível isso acontecer e que serviços externos eram esses que iriam fazer o inventário e qual o custo para o Município. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às interpelações feitas, tendo referido que tinha ideia de que a obrigatoriedade era anterior a dois mil e treze. Voltou a frisar que tinham uma série de reservas e de ênfases quando entraram em dois mil e treze e muito desse trabalho foi feito, infelizmente, e também fruto dos condicionalismos que tinham tido a nível de pessoal, ainda não tinham conseguido resolver esta situação. Não fazia a mínima ideia com quem iriam fazer este serviço, que tipo de serviço era nem qual o custo. Falaram em recorrer a uma entidade externa para que não ficassem mais um ano com esta situação por resolver e assim conseguirem resolver o pouco que ainda faltava resolver, porque muito daquilo que menos bem estava ia sendo resolvido. Tinha pena que o Deputado **Cristofe Pedrinho** não tivesse olhado para os valores em dívida e tivesse visto a redução desses valores ao longo dos anos e qual era a realidade em dois mil e treze e qual era a realidade atualmente. Porque, independentemente, de haver questões técnicas o que mais deveria ser exaltado nesta prestação de contas era o facto de o Município ter saído do limite de endividamento dentro de uma realidade complexa e de uma realidade onde não deixou de haver investimento, pelo menos aquele que podiam chegar e fazer, dentro de anos em que finalmente criaram transferências periódicas, com base em imparcialidade completa, às Juntas de Freguesia. Terminou realçando que tiveram sempre esta perspetiva de investimento e mesmo assim conseguiram reduzir a dívida e isso parecia-lhe ser o mais importante. Parecia-lhe importante que em oito anos tenham conseguido dividir ao meio a dívida do Município e conseguirem estar abaixo do limite da dívida devia ser enaltecido. -----

Concluídas as intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto sete respeitante à apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao exercício de 2021 foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis, o voto contra do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e as abstenções dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Artur Pina Martins** e da **Secretária da Junta de Freguesia de Valença do Douro**. -----

O ponto oito concernente à apreciação, discussão e votação da proposta sobre a aplicação do resultado líquido do exercício de 2021 foi aprovado, por maioria, com vinte e três votos favoráveis, o voto contra do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e as abstenções dos Deputados **Cristofe Pedrinho** e **Artur Pina Martins** e da **Secretária da Junta de Freguesia de Valença do Douro**. -----

Posteriormente passou-se ao **ponto nove** que foi introduzido conforme deliberação do Plenário no início dos trabalhos e que era respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Sendim norte**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para que apresentasse o ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara agradeceu o facto de a Assembleia Municipal ter permitido a integração deste ponto na Ordem de Trabalhos. Referiu que quando delinearam as primeiras três áreas e regeneração urbana, Tabuaço, Sendim e Valença do Douro, ainda havia alguma indefinição. Estavam a falar no início do quadro comunitário e existia alguma indefinição relativamente às áreas que poderiam ser legíveis, a tipologia de intervenção. Relativamente a Sendim, à época, pelo facto de haver um hiato dentro da homogeneização do edificado, a Comissão de Coordenação colocou algumas reticências ao facto de criarem a área até à zona da Igreja. Fruto depois de alguma definição, a própria Comissão de Coordenação foi alterando a sua exigência, pelo menos adaptando-a à perceção que iam tendo do que poderia ser ou não legível. Neste momento, encontravam-se em condições de conseguirem a aprovação alargando a área, o que permitiria a nível de regeneração urbana permitir uma intervenção não apenas como a que previam de pavimentação da Estrada Central de Sendim que ia do Mercado à Escola, mas a integração na área de reabilitação urbana poderia permitir que englobassem um projeto onde à partida poderia haver alargamento, substituição das redes de saneamento e de água, a criação de passeios e até, eventualmente, de muros. Mas iria também permitir que o edificado que existia na zona da Igreja, grande parte dele com alguma riqueza, pudesse também ser alvo de outro tipo de intervenções e benefícios à semelhança do que já existia com o restante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto dez - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**, o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** e o Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

No uso da palavra o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** disse que queria dar uma resposta ao Deputado **Cristofe Pedrinho** pois tinha estado a pensar no que o mesmo dissera sobre a atribuição de subsídios às associações. E como membro de uma associação, da qual não fazia parte da Direção, ficou um bocadinho triste vendo que o Deputado **Cristofe Pedrinho** trazia a lição muito bem estudada, era um excelente funcionário do partido, porque não conhecia Tabuaço, mas estava atento aos pormenores e descobria os podres todos. Ficava triste porque as associações eram pobres, viviam do que a Câmara e as pessoas do povo davam, mas não era para interesse próprio pois não precisavam, eram todos trabalhadores. A Câmara atribuía e dava o que achava que devia dar e quando havia necessidade de alguma obra ajudava, mas fazia-o com interesse da população da freguesia. Entristecia-o que o Deputado **Cristofe Pedrinho** não tivesse estado no Mercado da Páscoa, no qual participou a associação da qual faz parte, o Grupo Coral de Cantares de Barcos. Referiu que também estiveram presentes na festa que houve em Espanha. -----

Continuou a intervenção questionando o Presidente da Câmara sobre três assuntos. O primeiro era sobre ponto de situação das obras do Bairro de Santa Bárbara, relativamente ao pavimento, já tinham falado sobre esse assunto há muito tempo e esses trabalhos estavam sempre a ser adiados. O segundo prendia-se com os terrenos da Zona Industrial, queria saber se estavam ou não à venda, porque havia pessoas interessadas em comprar. O terceiro assunto era sobre o ponto de situação em relação ao depósito de água em Santa Leocádia, porque estavam a aproximar-se do verão e já tiveram o inverno com falta de água. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Retomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal antes de passar aos restantes inscritos deu a palavra ao Deputado **Cristofe Pedrinho** que tinha sido interpelado diretamente e pedido a palavra. -----

O Deputado **Cristofe Pedrinho** respondeu à interpelação do **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** dizendo que para estar aqui tinha sido eleito. Foi eleito, era funcionário do partido, não tinha qualquer problema nem via qualquer problema nisso. Indagou sobre qual o problema de o ser, o **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** também não trabalhava. Não entendia o porquê de trazer essa conversa para aqui. Para além disso era empresário em nome individual. Aliás, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal tinham os dados todos dele, podia consulta-los não via qualquer problema nisso. Questionou qual o problema de ser funcionário do partido e estar a representar quem votou nele. Referiu que foi a eleições, não ganhou, era um facto, mas foi a votos, não se escondeu atrás de ninguém e estava aqui a dar a cara. Podia não ter vindo, podia ter ficado em casa, podia ter assistido *online* mais confortavelmente, mas estava aqui e dizia o que pensava, não dizia aquilo que lhe diziam para dizer. Era a opinião dele. E disse ainda que era Presidente de uma associação e era fundador de outra associação e conhecia muito bem os parâmetros de funcionamento das associações. Portanto que não lhe viesse com apontamentos pessoais, a tentar rebaixar alguém que foi eleito tal como ele. -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para referir que tinha um apontamento para falar sobre os trabalhos do Mercado de Sendim, mas esse assunto já tinha sido abordado anteriormente pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva Oliveira**. -----

Seguidamente interveio o Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para mencionar duas questões. Em primeiro lugar, para quem não foi assistir ao Concerto de Páscoa, dado pela Banda de Música de Sendim, no fundo a Banda de Música do Município, na Igreja Paroquial, foi pena, porque foi algo muito bom e extraordinário. E aproveitava, que o Maestro o perdoasse, por lançar esta flexa, mas achava, apesar de não saber se existe alguma parceria, mas se existia devia ser mais alargada ainda, porque foi lá que ele aprendeu e conseguiu a partir daí ler música e de forma gratuita. Com a falta premente e cada vez mais profunda de jovens e não só, de pessoas que queiram participar neste tipo de projeto. Era uma instituição com mais de quarenta anos e apesar de algumas dificuldades mantinha-se de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“pedra e cal”. Sabia que a Câmara tinha um papel importante nos tais subsídios, embora não pusesse em causa a questão de haver um regulamento, achava que sim que deveria de haver. Mas a questão de uma parceria mais vincada e mais alargada de jovens e não jovens do Município que quisessem frequentar a Escola de Música da Banda de Música de Sendim. Existir uma parceria e um esforço por parte da Câmara para canalizar essas pessoas, pensava que era algo importante porque as conversas com o Maestro eram demonstrativas que era cada vez mais difícil canalizar e angariar pessoas para fazerem parte deste projeto. Que não era só as pessoas poderem integrar a Banda de Música, mas tinha outra vertente que para ele era muito importante, que era poderem aprender música numa escola de forma gratuita. Pensava que isso e seria um assunto que deveriam analisar e aprofundar. -----

Continuou a sua intervenção referindo que a outra questão, refletia a opinião de muita gente, embora já o tivesse dito há dois ou três anos, ter até falado em privado com o Presidente da Câmara que não concordava com isso e tinha cada vez mais um *feedback* de munícipes que lhe telefonavam e o confrontavam com essa situação. Assim, gostaria de saber se este ano na Festa de São João iria continuar a existir carros alegóricos e qual o custo que cada um deles. Não sabia de onde vinham os carros alegóricos, mas não tinham nada a ver com a realidade e cultura do concelho. Referiu que a verba que vai ser dada para cada um desses carros poderia ser canalizada de outra forma, tinha a certeza que tanto os Presidentes de Junta como as próprias associações de cada freguesia poderiam fazer muito mais bom proveito dessas verbas. -----

Não havendo mais intervenções por parte do Plenário o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que, relativamente à intervenção do **Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** em relação ao depósito de água em Santa Leocádia, também tinham o de Santo Aleixo e o de Valença do Douro, tinham que resolver essas situações e o mais rápido possível. No da Balsa via com mais dificuldade a solução. Tinham que avançar com isso o quanto antes, pensava que os serviços já tinham a solução técnica. O problema que se colocava na altura por causa da localização já estava ultrapassado. Ia insistir com os serviços para que isso fosse tratado com a maior brevidade possível. Relativamente à questão do Bairro de Santa Bárbara passaram de uma obra que estava adjudicada, em que o empreiteiro não veio e não a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executou. A obra tal como tinha sido assumido no passado era para se fazer, contudo não arranjam ninguém para a fazer, naquela altura o empreiteiro fazia dezasseis euros o metro quadrado da calçada, atualmente o metro quadrado estava em vinte e três euros e não havia falta de mão-de-obra. Em relação à Zona Industrial informou que fizeram uma primeira intervenção, aprovada na segunda fase que permitiu a criação de mais alguns lotes e entretanto estavam num processo de retomar à Câmara os lotes, nos quais, infelizmente, as pessoas não construíram. Também tinham na Comissão de Coordenação um outro projeto para aproveitarem um terreno comprado há mais de vinte anos. Tinham que ver se esses lotes iam ser aprovados, porque a logica era colocarem todos os lotes à venda, quer os que retomaram, que os que criaram na primeira fase quer estes da segunda fase, porque era o que lhe parecia mais justo e mais lógico. Esperava que em junho já tivessem novidades relativamente a isso. -----

Relativamente às intervenções do Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, o Presidente da Câmara começou por exaltar as diferentes atividades que houveram no fim de semana da Páscoa, no que concerne à Banda de Música de Sendim e o facto de ser a única Banda Filarmónica dava-lhe uma importância enorme e da parte do Executivo à semelhança do que aconteceu com Executivos anteriores sempre houve uma grande abertura por parte do Município e tal como referido pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** estariam perfeitamente disponíveis para qualquer parceria que surgisse. Tendo o Município já por diversas vezes, quer com o Maestro quer com a atual Direção da Banda de Música, sugerido algumas situações e sido proactivo no sentido de ir encontro às necessidades de apoio, tentado de alguma forma encontrar outras formas de mobilizar mais pessoas, o que era difícil, mas estavam perfeitamente disponíveis para alargar esse apoio ou para o fazerem de outra forma. -----

No que concerne à questão do São João, havia uma questão que tinha de discordar. Os carros alegóricos representavam alguma coisa de cada uma das freguesias. A Câmara não tinha peso absolutamente nenhum onde os diferentes grupos, coletividades e Juntas de Freguesia faziam os carros. A Câmara atribuía um apoio similar a todos os participantes para que organizassem a sua marcha conforme entendiam, não havia nenhuma imposição para que fosse de determinada maneira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou em determinado sítio. Terminou a sua intervenção referindo que não tinha a perceção que as pessoas não gostavam da marcha por causa dos carros alegóricos, mas podia estar enganado. -----

Seguidamente a Secretária, Gisela Catarina Pereira dos Santos, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada, por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

□

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

□

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----

□